



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290

## SENTENÇA

Processo nº: **0001429-41.2009.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Metrolog Controles de Medição Ltda**  
 Requerido: **Saae Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos**

## CONCLUSÃO

Em 11 de novembro de 2013, faço conclusos estes autos à MM. Juíza de Direito da Vara da Fazenda Pública desta Comarca, Dr<sup>a</sup>. **GABRIELA MÜLLER CARIOBA ATTANASIO**. Eu, Rosa Sueli Maniéri, Esc. Subsc.

**VISTOS.**

Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais c.c. Obrigação de Fazer proposta por **METROLOG CONTROLES DE MEDIÇÃO LTDA**, contra o **SAAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO CARLOS**. Alega a autora, em síntese, que, em 16.04.2008, durante o expediente, após forte chuva, foi forçada a interromper os trabalhos, pois teve seu estabelecimento inundado com o esgoto que retornou do encanamento da rua, fato este que danificou equipamentos e matéria prima utilizados pela empresa. Sustenta que, quando de diligências junto ao SAAE, obteve a informação de que o problema estaria em seu imóvel e não na rede de esgotos. Assim, registrou o Boletim de Ocorrência perante a autoridade policial e realizou uma obra visando à instalação de duas válvulas de retenção em sua calçada, ocasião em que foi constatado um entupimento na rede de esgoto e, por tal motivo, foi o SAAE novamente acionado e, aproveitando o serviço iniciado pelo pedreiro, realizou a desobstrução. Apontou que a obra realizada atingiu o valor de R\$ 1.117,21 (um mil, cento e dezessete reais e vinte e um centavos) e, ainda, que o prejuízo causado quando da inundação do esgoto foi de R\$ 14.490,85 (quatorze mil, quatrocentos e noventa reais e oitenta e cinco centavos). Requereu, assim, indenização por danos morais e materiais e, ainda, que fosse a ré condenada a executar obras que evitassem que o evento danoso



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290**

voltasse a acontecer.

Citado, o SAAE apresentou contestação às fls. 80/91. Arguiu, preliminarmente, a inépcia da inicial. No mérito, apontou que o fato se deu por culpa única e exclusiva da autora, já que o imóvel não possuía caixa de inspeção e válvula retenção e que não ficou comprovado que ocorrido causou repercussão negativa, não havendo que se falar em danos morais. Requereu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 114/123.

Saneador às fls. 161/162.

Laudo pericial às fls. 177/206.

Manifestações sobre o laudo às fls. 216/217, por parte do SAAE e fls. 222/225, por parte da autora.

Esclarecimentos sobre o laudo pericial às fls. 247.

Audiência de instrução realizada em 20.08.2013 na qual houve a oitiva das testemunhas às fls. 263/268 e, em continuação, às fls. 269/270.

Alegações finais da autora às fls. 272/279 e do SAAE às fls. 282/295.

## **É O RELATÓRIO.**

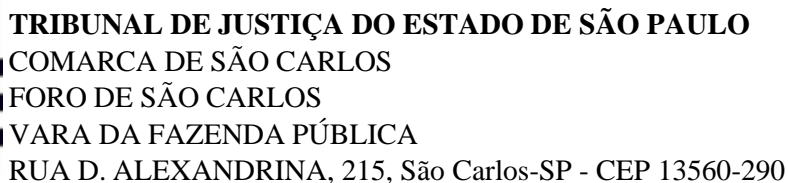
### **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

O pedido merece parcial acolhimento.

A argumentação da autora é baseada no fato de ter tido seu imóvel invadido pelo esgoto que retornou do encanamento da rua. Partindo dessa premissa, afirma que tal fato lhe causou prejuízos, devendo, assim, ser indenizada moral e materialmente.

Foram juntadas, às fls. 48/60, imagens que comprovam a ocorrência do evento danoso, bem como notas fiscais demonstrando os gastos tidos pela autora a fim de evitar que o fato novamente ocorresse.





José Fernando Callegaro (fls. 266) apresentou-se como funcionário da empresa e técnico em eletrônica. Relatou que o refluxo inundou vários cômodos, danificando materiais e equipamentos, “[...] *dentre eles os gabinetes de metal que tinham sido adquiridos para que fossem montados os equipamentos sob medida. Produtos de embalagens também foram danificados. Foi necessária a compra de novos gabinetes, cuja média de prazo de entrega era de 60 (sessenta) dias. Não sei o valor gasto com a compra. Alguns gabinetes que estavam na parte mais alta ou em estoque não foram danificados, mas a maioria foi danificada*”.

O engenheiro designado como assistente técnico do SAAE, José Antonio Zerbetto, afirmou ter estado no local dos fatos em 21.05.2010, não tendo notado, além da válvula instalada, qualquer outro tipo de dispositivo a fim de evitar refluxo. Relatou que o Código Sanitário, anterior à construção do imóvel, menciona a necessidade de instalação de válvula de retenção e que a resolução do SAAE aponta que qualquer nova ligação de esgoto em residências só ocorreria se o local estivesse dotado de válvula de retenção e que se o imóvel passar por reforma, também é obrigatória a instalação de referida válvula. Disse, ainda, que, antes da edição de resolução, o SAAE apenas fiscalizava se havia água pluvial ligada à rede de esgoto (fls. 270).

Pois bem, tem-se, então, que, quando da construção do imóvel, as edificações eram aprovadas sem a previsão da instalação de válvula de retenção e que a resolução do SAAE, posterior à construção do imóvel, dispõe somente que não será aprovada a mudança de primeira, ou segunda ligação de água ou esgoto em imóveis que não tenham instalada a caixa de retenção. Assim, a edição de tal resolução não obriga a instalação da válvula de retenção nas construções feitas anteriormente, apenas condiciona a aprovação do SAAE à instalação da válvula em construções ou reformas realizadas a partir da resolução.

Diante deste contexto, faz jus a autora à indenização pelos danos ocasionados em seus materiais e equipamentos.





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos-SP - CEP 13560-290**

Tendo havido sucumbência recíproca, as custas devem ser rateadas e cada parte arcará com os honorários de seus respectivos patronos.

**P R I C**

São Carlos, 12 de fevereiro de 2014.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**